

## • Política

### CONSTITUINTE

## Cabral promete consenso até o final da semana

por Cecília Pires de Brasília



Bernardo Cabral

Depois de reunir-se com o líder do PMDB em exercício na Constituinte, deputado Euclides Scalco, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, disse ter esperança de que até sexta-feira será possível encontrar uma solução de consenso em torno de uma fórmula parlamentarista gradual. Cabral espera que os entendimentos venham a alcançar o próprio presidente Sarney.

"Não queremos o presidencialismo imperial e precisamos evitar um confronto que acabe gerando conflitos que impeçam a conclusão dos trabalhos da Constituinte ainda neste ano." Cabral mostrou confiança de que o parlamentarismo acabe prevalecendo. "Duas pessoas em postos-chave da Constituinte, como eu e o deputado Euclides Scalco, somos parlamentaristas", disse Cabral.

O relator também espera o apoio de Sarney para uma fórmula parlamentarista.

Esta fórmula, que está sobre a mesa de negociações dos vários grupos parlamentaristas que procuram o consenso pode incluir, segundo Cabral, a implantação do parlamentarismo em duas etapas. Na primeira, que duraria um ano e meio, o presidente indicaria o primeiro-ministro, com o aval do Congresso, mas não haveria ainda a moção de censura. Na segunda, que duraria também um ano e meio, já haveria moção de censura e separação nítida entre as funções de chefe de governo e chefe de Estado.

## Implantação do sistema divide parlamentaristas em três correntes

por Andrew Greenlees de Brasília

Reunidos durante o final de semana em Brasília, os parlamentaristas de diversos partidos chegaram a um acordo em torno da proposta assinada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) sobre o funcionamento dos poderes dentro do novo sistema. Isto não eliminou, porém, as divergências internas do grupo. Até a noite de ontem, procurava-se outro entendimento, dessa vez quanto à implantação gradual do parlamentarismo.

Os defensores dessa forma de governo estão divididos em três correntes: a mais à esquerda, ligada ao senador Mário Covas e ao deputado Euclides Scalco (ver matéria nesta página), que pretende ver o parlamentarismo implantado logo após a promulgação da nova Carta; a ala à qual pertencem o senador José Fogaça e o deputado Egydio Ferreira Lima, relatores de comissões que tratam do sistema de governo na fase anterior da Constituinte, favoráveis a um período "de transição" de doze meses durante os quais não haveria voto de desconfiança ao Ministério ou dissolução da Câmara; e o grupo liderado pelo senador José Richa, que, inspirado na proposta do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), prevê o gradualismo, estendendo o processo de implantação até o final do mandato do presidente José Sarney, com direito aos seis anos.

Numa reunião marcada para ontem à noite, na residência do deputado Alcenio Guerra (PFL-PR), os parlamentaristas esperavam pelo menos aproximar-se de um acordo, requisito básico para continuar as negociações com os presidencialistas e o Palácio do Planalto.

Sempre ressaltando a divisão entre os parlamentaristas, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), informou que manterá sua defesa da emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), a menos que os parlamentaristas produzam uma fórmula que torne possível a convivência do sistema parlamentar com um presidente da República eleito diretamente, apoiado por cerca de 40 milhões de eleitores.

Sant'Anna deixou claro que considera difícil os par-

## A nova estratégia do PFL

por José Antônio Severo de Brasília

A Frente Liberal vai queimar mais alguns cartuchos para manter na nova Constituição o sistema presidencialista. Mas já está montando um esquema para introduzir na carta um parlamentarismo segundo a emenda Chiarelli, ou seja: parlamentarismo puro, inclusive nos estados.

A questão do sistema de governo, mais que o tamanho do mandato, dominou a segunda-feira, em Brasília. A entrevista do ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castello Branco, no programa Crítica e Autocrítica (TV Bandeirantes), repercutindo a entrevista do porta-voz da Presidência da República, Antonio Frota Neto, onde o auxiliar do presidente José Sarney faz amargas queixas do PMDB, fez barulho, ontem, na Capital.

As dificuldades apontadas são as mesmas. O presidente tem que admi-

nistrar a política negociando homem a homem. Isto está demonstrando, segundo as lideranças políticas, que o regime democrático somente poderá funcionar sob comando político.

O consenso que toma forma na Constituinte é de que já é impossível administrar a política brasileira sem que a responsabilidade da administração recaia sobre o Congresso. Foi uma manobra parlamentar que reintroduziu a democracia no País. O Parlamento é, portanto, a força vitoriosa, que deve assumir o poder sob pena de a redemocratização gerar novo impasse, qual seja: a força vitoriosa não chega à hegemonia que o processo político lhe conferiu, o que torna agudo o problema da ilegitimidade. Em resumo: o Executivo forte foi apeado do poder pelo Parlamento, cuja força política advém da fragmentada fonte de representação captada pelos votos obtidos pelos parlamentares nas suas bases.

lamentaristas chegaram a uma fórmula aceitável pelo Planalto. Na opinião do líder do governo, os parlamentaristas precisariam reunir-se em torno de uma proposta única.

De qualquer forma, as conversas continuam. Sant'Anna recebeu ontem em seu gabinete o senador José Richa, defensor do gradualismo. A saída, Richa comentou que "nenhum dos dois convenceu o outro".

A decisão do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de adiar a entrega do novo substitutivo do relator Bernardo Cabral deixou para a próxima sexta-feira o prazo final para o entendimento. Caso contrário, o sistema de governo irá a voto na Comissão de Sistematização.

## Sarney acha propostas mal elaboradas

por Edson Beú de Brasília

"Li e não gostei". Esse foi o comentário que o presidente José Sarney fez, ontem, ao deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), depois de ler todas as propostas parlamentaristas, formuladas pelos constituintes. De acordo com o relato do vice-líder do PFL, o presidente achou as sugestões mal-elaboradas. "São propostas mais assembleístas do que parlamentaristas", teria classificado.

O deputado disse, ainda, que Sarney manifestou pouca esperança de encontrar uma solução de consenso para a discussão do sistema de governo, na Constituinte. Por isso, já estava convencido de que a questão seria definida, mesmo no voto.

### PROMESSA DE NEGOCIAÇÃO

Pouco antes de fazer essas revelações, o presidente dizia, através de seu secretário de Imprensa, Antônio Frota Neto, que estava disposto a negociar o sistema de governo, a partir de uma proposta de consenso, previamente acertada pelos constituintes. "Não serei empecilho à negociação, a partir de uma fórmula consensual, desde que sejam preservados dois itens: a governabilidade e o futuro político do

País, afirmou ele, segundo o assessor.

Sarney explicou a Frota que, primeiro, está esperando os constituintes entrarem em acordo sobre o polêmico item. Só depois que as diversas correntes definirem uma proposta de consenso, ele acha oportuno participar diretamente das negociações. Por enquanto, preferia que sua interferência fosse feita apenas indiretamente, através de suas lideranças no Congresso Nacional. O secretário lembra que "a postura oficial do governo é presidencialista". Mas admite que "a fórmula consensual também não é a do presidente".

Quinta-feira passada, conversando informalmente com os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, Sarney reivindicou o direito de participar das rodadas de negociações, coordenadas pelos líderes na Constituinte. Ontem, Frota negou que Sarney estivesse, agora, omitindo-se do processo de negociação, cuja presença ele próprio reclamara. O assessor disse que o presidente apenas não quer participar dessa "fase preliminar", por entender que as alternativas propostas — principalmente as parlamentaristas — ainda estão muito "dispersas".

## A pressão do Norte, Nordeste e Centro-Oeste pela reforma tributária

por Francisca Stella Fagá de Brasília

Dezoito governadores das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste encontram-se hoje no Congresso Nacional com as bancadas de seus estados na Constituinte para definir como garantir o aumento da participação no bolo das receitas tributárias.

Cinco mil cartazes espalhados pelo Congresso pretendem demonstrar a determinação dos constituintes das três regiões. Sobre fundo branco, um mapa da parte do Brasil que descreve as três regiões indica: "292 votos e uma só vontade".

A força oposta acirrou-se nas últimas semanas, através de intermináveis encontros do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de sua equipe, e do ministro chefe do Gabinete Civil Ronaldo Costa Couto com parlamentares e com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. O governo teme que o sistema de partilha das receitas fiscais, previsto no projeto de Constituição, comprometa drasticamente os investimentos públicos.

O tema promete explodir nas votações de plenário. Embora a soma aritmética dos constituintes das três regiões signifique uma folga da maioria no plenário, a vitória poderá não ser tranquila e sequer é certa. Uma das variáveis por ora desconhecida é a definição

## Adiada entrega do substitutivo

por Zanoni Antunes de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, anunciou ontem os novos prazos dos trabalhos da Constituinte, prorrogados diante das dificuldades de acordo em torno de temas polêmicos, principalmente com relação ao sistema de governo.

Com as mudanças, os prazos passaram a ser: dia 18, terça-feira, meia-noite, prazo final para apresentação do substitutivo do relator Bernardo Cabral à mesa da Constituinte; dias 19 e 20, publicação e divulgação dos avulsos; dias 21 e 22, apresentação de destaques; dia 23, organização dos destaques para conhecimento; de 24 de setembro a 8 de outubro, votação na comissão de sistematização; dia 9, redação do substitutivo; dias 10 e 11, publicação e distribuição dos avulsos; dia 12, começa a discussão em plenário.

do sistema de governo. Se o parlamentarismo for aprovado, será mais forte a tendência de descentralizar a partilha de receitas.

Outra incógnita importante é o comportamento dos constituintes. A unidade dos 292 constituintes das três regiões poderá não ser absoluta.

## Constituintes criticam falta de texto-base

por Ariverson Feltrin de São Paulo

Seis congressistas que preparam a Constituinte, à exceção do deputado Fabulini Jr. (PTB-SP), chegaram a um consenso, ontem, durante debate promovido pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD), no Maktoud Plaza, em São Paulo: faltou um texto-base para, em cima dele, trabalhar a nova Constituição. "Um dos resultados disso é o corporativismo, a pior praga que permeia o atual texto", classificou José Serra (PMDB-SP).

### DIRETAS

## Divergências com Brizola

por Zanoni Antunes de Brasília

A definição entre parlamentarismo e presidencialismo poderá levar a campanha popular pelas eleições diretas ao impasse. De um lado está o PDT, liderado por Leonel Brizola, que defende o presidencialismo. De outro, os demais partidos de oposição, com uma parcela de dissidentes pemedebistas, que acham que a discussão sobre o sistema de governo é secundária.

O deputado José Genoino, do PT de São Paulo, pondera que se continuar o

clima de retaliação entre os partidos, todos deverão reavaliar a campanha. A discussão em torno do sistema de governo recrudescerá quando o deputado Haroldo Lima, do PC do B, respondeu às críticas do ex-governador Brizola ao parlamentarismo.

Aldo Arantes, deputado pelo PC do B, admite que a questão do sistema de governo pode ser debatida em palanques, desde que seja feita sem ataques aos defensores do parlamentarismo. Caso contrário, afirmou, "isso tornará a convivência impossível".

ANC 86 ANCX

Aços relaminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex (011) 44451

Mangels  
Empresa 100 - Brasileira